

STJ00096988

LEANDRO CARDOSO LAGES

TRANSGÊNICOS À LUZ DO DIREITO

O Comércio Internacional de Organismos
Geneticamente Modificados (OGMs)
e o Risco à Biodiversidade e ao Consumidor

EDITORA LUMEN JURIS
Rio de Janeiro
2013

Copyright © 2013 by Leandro Cardoso Lages

Categoria: Relações Internacionais

Produção Editorial

Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Camila Cortez

Capa: Cristianna Fernandes

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pela originalidade desta obra.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio
ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime
(Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 10.695, de 1º/07/2003),
sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações
diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

L174t Lages, Leandro Cardoso

Transgênicos à luz do direito : o comércio internacional de organismos
geneticamente modificados (OGMs) e o risco à biodiversidade e ao con-
sumidor / Leandro Cardoso Lages. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2013.

136 p. ; 16x23cm.

ISBN 978-85-375-2283-7

1. Biotecnologia. 2. Organismos transgênicos. 3. Direito ambiental.
4. Defesa do consumidor. 5. Comércio internacional – Aspectos
ambientais.

I. Título.

CDD 344.046

545:979879

Sumário

Introdução	1
1. A Biotecnologia e o Comércio de OGM	5
1.1 Introdução	5
1.2 A Biotecnologia	5
1.2.1 Noção de biotecnologia	5
1.2.2 Argumentos favoráveis à biotecnologia e aos OGMs	8
1.2.3 Argumentos desfavoráveis à biotecnologia e aos OGMs	16
1.3 O Comércio Internacional de OGM e as Barreiras Comerciais de Natureza Sanitária e Fitossanitária	22
1.3.1 O comércio internacional: o livre comércio e as barreiras comerciais	22
1.3.2 As barreiras comerciais sanitárias e fitossanitárias	25
2. Os OGM e a Aplicabilidade do Princípio da Precaução	33
2.1 O princípio da precaução e da prevenção	37
2.2 A Abordagem Precautória e os OGM	39
2.3 A Aparente Incompatibilidade entre o Princípio da Precaução e os Acordos Sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	42
2.3.1 A Certeza Científica Absoluta no Princípio da Precaução	43
2.3.2 A OMC, o Princípio da Precaução e o Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	51
2.3.3 Avaliação de Risco e Prova Científica: Requisitos Comuns ao Princípio da Precaução e ao Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	55
3. A Regulação Internacional de OGM	57
3.1 O Protocolo de Cartagena	57
3.1.1 Objetivos, Movimentos Transfronteiriços de OGM e Rotulagem	59
3.1.2 O Protocolo de Cartagena e a Análise de Risco	62

3.2	Regulação de OGM na União Europeia	63
3.3	Regulação de OGM nos Estados Unidos	69
3.4	A Regulação de OGM no Brasil	73
3.4.1	Normas Nacionais.....	74
3.4.2	Normas Estaduais	78
3.4.3	Normas Municipais	79
3.4.3	Fomento, Pesquisa, Comercialização e Rotulagem de OGM	80
3.5	Outros Países do Mercosul: Argentina, Paraguai e Uruguai	83
4.	O Caso do Painel Instaurado na OMC e os OGM	87
4.1	A Solução de Controvérsias na OMC	87
4.1.1	Noção e Evolução da Solução de Controvérsias na OMC	87
4.1.2	O Processo do Mecanismo de Solução de Controvérsias na OMC ...	92
4.2	A Dinâmica do Caso Envolvendo OGM na OMC	96
4.2.1	Apresentação do Caso Envolvendo OGM na OMC	96
4.2.2	Argumentos Sustentados pelos Reclamantes: Estados Unidos, Canadá e Argentina	98
4.2.3	Argumentos Sustentados pela Reclamada: Comunidade Européia	101
4.2.4	Relatório Final do Painel Envolvendo os OGMs na OMC	107
	Conclusões	113
	Referências	117